



Diário Oficial

Poder Legislativo

2ª Sessão Legislativa
da 11ª Legislatura

ANO XLII

RIO BRANCO - AC, 24 DE AGOSTO DE 2004

N.º 3348

MESA DIRETORA

Presidente: Sérgio Oliveira
1º Secretário: Ronald Polanco
2º Secretário: Moisés Diniz
3º Secretário: Francisco Viga
4º Secretário: Delorgem Campos

ÍNDICE

ATOS DA MESA DIRETORA	Pág. 2
ATOS DO PRIMEIRO SECRETÁRIO	Pág. 2
ATOS DO SECRETÁRIO EXECUTIVO	Pág. 3
EXPEDIENTE	Pág. 4
PEQUENO EXPEDIENTE	Pág. 4
GRANDE EXPEDIENTE	Pág. 5
ORDEM DO DIA	Pág. 5
EXPLICAÇÃO PESSOAL	Pág. 5
DIVERSOS	Pág. 9
CONTRACAPA	Pág. 10

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

Deputados JUAREZ LEITÃO, NALUH GOUVEIA, PE. VALMIR FIGUEREDO, RONALD POLANCO, TAUMATURGO LIMA, do PT; EDVALDO MAGALHÃES, ELSON SANTIAGO, MOISÉS DINIZ, SÉRGIO OLIVEIRA, do BPM; DELORGEM CAMPOS, FRANCISCO VIGA, JOSÉ LUIS, do BSC; HÉLIO LOPES, NILSON AREAL, ROBERTO FILHO do BLT; ANTONIA SALES, CHAGAS ROMÃO, do PMDB; LUIZ GONZAGA, HELDER PAIVA, do PSDB; JOSÉ VIEIRA, do PFL; JOSÉ BESTENE, do PP; LUIZ CALIXTO, do PDT; NOGUEIRA LIMA, do PSC; TARCÍSIO MEDEIROS, do PPS.

GABINETE DAS LIDERANÇAS

PT - Deputado Juarez Leitão
BPM - Deputado Elson Santiago
BSC - Deputado José Luis
BLT - Deputado Hélio Lopes
PMDB - Deputada Antônia Sales
PSDB - Deputado Luiz Gonzaga
PFL - Deputado José Vieira
PP - Deputado José Bestene
PDT - Deputado Luiz Calixto
PSC - Deputado Nogueira Lima
PPS - Deputado Tarcísio Medeiros
PTB - Deputado Roberto Filho
Líder do Governo - Deputado Edvaldo Magalhães

Atos da Mesa Diretora

RESOLUÇÃO N. 113 /2004

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os Deputados Sérgio Oliveira, integrante do Bloco Popular Mobilizador – BPM, e José Luis, integrante do Partido Social Democrata Cristão – PSDC, para, na cidade de Brasília – DF, no dia 16 do corrente ano, participarem de uma reunião da Diretoria Executiva, Direção Nacional e Conselho Fiscal, tratarem de assuntos de interesse da entidade e dos legislativos estaduais

Art. 2º Fica atribuído o equivalente a **duas** diárias para custeio das despesas previstas no artigo anterior.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões “MILTON DE MATOS ROCHA”,

13 de agosto de 2004.

Deputado Helder Paiva
 Presidente, em exercício

Deputado Moisés Diniz
 2º Secretário

Deputado Ronald Polanco
 1º Secretário

RESOLUÇÃO N. 114 /2004

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

Art. 1º AUTORIZAR a Coordenadoria de Patrimônio, através do servidor Solônidas Nascimento Maia, como representante deste Poder, para, junto à VIVO - TELEACRE CELULAR, adotar todas as providências necessárias quanto a compra, habilitação, troca de número ou aparelhos que, porventura, esta Casa venha empreender junto à referida empresa.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões “MILTON DE MATOS ROCHA”,

17 de agosto de 2004.

Deputado Sérgio Oliveira
 Presidente

Deputado Moisés Diniz
 2º Secretário

Deputado Ronald Polanco
 1º Secretário

RESOLUÇÃO N. 115 /2004

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor Assem Ayache Sobrinho, Assessor Jurídico, CL. “A” CÓD. PL-SJ-201, Ref. 44, para, na cidade de São Paulo-SP, no dia 22 do corrente ano, acompanhar o presidente no Encontro de Presidentes das Assembléias Legislativas do Brasil.

Art. 2º Fica atribuído o equivalente a **duas** diárias para custeio das despesas previstas no artigo anterior.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões “MILTON DE MATOS ROCHA”,

19 de agosto de 2004.

Deputado Helder Paiva
 Presidente, em exercício

Deputado Moisés Diniz
 2º Secretário

Deputado Ronald Polanco
 1º Secretário

Atos do Primeiro Secretário

PORTARIA N. 152 /2004

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no Processo n. 1033/2004, da Secretaria Executiva deste Poder, concede à servidora SILMA FERREIRA DA SILVA, Telefonista, CL.“B”, CÓD. PL-NB-406, Ref. 23, do Quadro de Pessoal Permanente da Secretaria Executiva desta Casa, um mês de **Licença-Prêmio**, a contar de 16/8/2004 a 14/9/04, nos termos do art. 36, da Constituição Estadual, de 03 de outubro de 1989, c/c a Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 10 de agosto de 2004.

Deputado Ronald Polanco
 1º Secretário

Carlos Augusto Coelho de Farias
 Secretário Executivo

PORTARIA N. 153 /2004

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no Processo n. 1050/2004, da Secretaria Executiva deste Poder, concede ao servidor Isac Martins Moreira, Operador de Som, CL.“B”, CÓD. PL-NB-404, Ref. 23, do Quadro de Pessoal Permanente da Secretaria Executiva desta Casa, um mês de **Licença-Prêmio**, a contar de 16/8/2004 a 14/9/04, nos termos do art. 36, da Constituição Estadual, de 03 de outubro de 1989, c/c a Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 19 de agosto de 2004.

Deputado Ronald Polanco
 1º Secretário

Carlos Augusto Coelho de Farias
 Secretário Executivo

PORTARIA N. 154 /2004

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no Processo n. 1042/2004, da Secretaria Executiva deste Poder, concede a servidora Regiane Márcia Gomes Batista, Técnico em Contabilidade, CL.“B”, CÓD. PL-NM-310, Ref. 30, do Quadro de Pessoal Permanente da Secretaria Executiva desta Casa, um mês de **Licença-Prêmio**, a contar de 16/8/2004 a 14/9/04, nos termos do art. 36, da Constituição Estadual, de 03 de outubro de 1989, c/c a Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 19 de agosto de 2004.

Deputado Ronald Polanco
 1º Secretário

Carlos Augusto Coelho de Farias
 Secretário Executivo

Atos do Secretário Executivo

PORTARIA N.º 236 /2004

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO ACRE, no uso de suas
atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

REVOGAR a Portaria n. 220, de 15 de julho de 2004, que nomeou a senhora **Nara Regina Sandri Schafer**, para exercer o cargo em comissão de Secretário Parlamentar, SP-EG-18, junto ao Gabinete do Deputado **Elson Santiago**, integrante do Bloco Popular Mobilizador – BPM.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 20 de agosto de 2004.



Carlos Augusto Coêlho de Farias

Secretário Executivo

PORTARIA N.º 237 /2004

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO ACRE, no uso de suas
atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

REVOGAR a Portaria n. 218, de 04 de agosto de 2004, que exonerou o senhor **José Gilberto Chassot**, do cargo em comissão de Secretário Parlamentar, SP-EG-13, junto ao Gabinete do Deputado Hélio Lopes, integrante do Bloco Liberal Trabalhista – BLT.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 20 de agosto de 2004.



Carlos Augusto Coêlho de Farias

Secretário Executivo

PORTARIA N.º 238 /2004

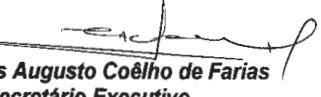
O SECRETÁRIO EXECUTIVO DA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO ACRE, no uso de suas
atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

ALTERAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 48-D/2003, de 13 de março de 2003, o nível de vencimento de SP-EG-13 para SP-EG-09, do senhor **João Clovis Sandri**, Secretário Parlamentar, junto ao Gabinete do Deputado José Luiz, integrante do Bloco Socialista Cristão - BSC, na Assembléia Legislativa do Estado do Acre, a partir de 2 de agosto de 2004.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 23 de agosto de 2004.



Carlos Augusto Coêlho de Farias
Secretário Executivo

PORTARIA N.º 239 /2004

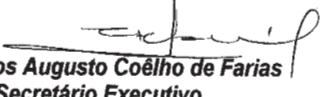
O SECRETÁRIO EXECUTIVO DA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO ACRE, no uso de suas
atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

ALTERAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 48-D/2003, de 13 de março de 2003, o nível de vencimento de SP-EG-13 para SP-EG-09, do senhor **Joaquim Clarindo Santos Trindade**, Secretário Parlamentar, junto ao Gabinete do Deputado **José Luiz**, integrante do Bloco Socialista Cristão - BSC, na Assembléia Legislativa do Estado do Acre, a partir de 2 de agosto de 2004.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 23 de agosto de 2004.



Carlos Augusto Coêlho de Farias
Secretário Executivo

PORTARIA N.º 240 /2004

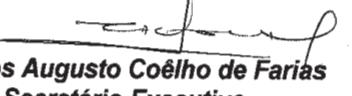
O SECRETÁRIO EXECUTIVO DA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO ACRE, no uso de suas
atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

DESIGNAR o servidor **Shelton Roberto Sampaio da Silva**, Auxiliar Legislativo, CL. "B", CÓD. PL-NB-402, Ref. 23, do Quadro de Pessoal Permanente da Secretaria Executiva desta Casa, para responder pelo Serviço de Cadastro e Controle de Pessoal, da Coordenadoria Especial de Recursos Humanos, deste Poder, a partir de 2.8.2004 a 31.8.2004, por motivo de férias do titular do cargo.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 23 de agosto de 2004.



Carlos Augusto Coêlho de Farias
Secretário Executivo

PORTARIA N.º 241 /2004

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO ACRE, no uso de suas
atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

ATRIBUIR aos servidores **Eder Valente da Costa**, **José Maria Vieira Neves** e **Luiz Gonzaga Alves**, o pagamento de 20 horas extras, em decorrência dos trabalhos realizados na reforma da calçada da garagem, instalação do telefone no gabinete do Presidente e colocação dos vidros nas mesas do Plenário deste Poder, no mês de agosto do corrente exercício.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 23 de agosto de 2004.



Carlos Augusto Coêlho de Farias
Secretário Executivo

53ª SESSÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA

Realizada em 24 de agosto de 2004

Presidência: Deputados NILSON AREAL e DELORGEM CAMPOS
 Secretaria: Deputado FRANCISCO VIGA

PRESENTES: Deputados JUAREZ LEITÃO, NALUH GOUVEIA, Pe. VALMIR FIGUEREDO, RONALD POLANCO do PT; EDVALDO MAGALHÃES, ELSOM SANTIAGO, MOISÉS DINIZ, SÉRGIO OLIVEIRA do BPM; DELORGEM CAMPOS, FRANCISCO VIGA do BSC; NILSON AREAL, ROBERTO FILHO do BLT; CHAGAS ROMÃO do PMDB; LUIZ GONZAGA do PSDB; JOSÉ VIEIRA do PFL; LUIZ CALIXTO do PDT; NOGUEIRA LIMA do PSC.

AUSENTES: TAUMATURGO LIMA do PT; JOSÉ LUIS do BSC; HÉLIO LOPES do BLT; ANTONIA SALES do PMDB; HELDER PAIVA do PSDB; JOSÉ BESTENE do PP; TARCÍSIO MEDEIROS do PPS.

O Senhor Presidente (**NILSON AREAL**) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos e dado o adiantado da hora, consideramos lida e aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicitamos ao Senhor Secretário proceder à leitura do Expediente.

Expediente

Ofício Gapre N. 553/2004, do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, Ciro Facundo de Almeida, enviando cópia da Proposta Orçamentária para o exercício financeiro de 2005, do referido órgão;

Ofício N. 12/CTA/JE/2004, da Juíza Eleitoral da 1ª Zona, Solange de Souza Fagundes, e do Presidente da Comissão de Transporte e Alimentação – CTA, Maj. BM José Alberto Flores da Silva, solicitando que seja encaminhado até o dia 26 de agosto do corrente ano, a relação dos veículos e respectivos condutores de propriedade desta Casa Legislativa, bem como, os alugados, se por ventura houver, para serem utilizados nas eleições municipais que se avizinha;

Comunicado do Deputado José Luiz, informando que se ausentará do País no dia 24 do corrente e retornará no dia 7 de setembro, ocasião em que estará participando da EXPO/Brasil/China, na Cidade de Beijing/China;

OF/GA/N. 158^a/2004, do Governador do Estado do Acre, Jorge Viana, em resposta ao Requerimento n. 60/2004, de autoria do Deputado Nilson Areal.

O Senhor Presidente (**NILSON AREAL**) – Gostaríamos de registrar o aniversário do Ilustre Deputado José Bestene, ocorrido ontem, dia 23 de agosto. Ao nobre Colega, desejamos muitas felicidade e muita saúde.

Pequeno Expediente

Deputado **LUIZ CALIXTO** (Líder do PDT) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Deputada Nalu Gouveia que se encontra presente nesta Assembléia, amigos da Imprensa, creio que este Parlamento se reduz, quando esta tribuna não é utilizada para que um Deputado discuta as suas idéias, defendendo seus princípios, defenda ou critique o Governo que está de plantão e passe somente a atacar desnecessariamente, sem qualquer motivo, um outro Deputado.

Na quinta-feira passada, quando me dirigi à Assembléia, recebi a notícia de que a Sessão havia sido encerrada e que por questões políticas, um Deputado, sem qualquer motivo ou razão, usou esta tribuna para me atacar, com adjetivos que não me classificam, com palavras as quais eu não mereço e agressões desnecessárias, mas eu não vou revidar.

A denúncia que fiz com relação ao Centro Olímpico, referente ao superfaturamento da obra, não é uma denúncia de origem do meu gabinete ou de minha autoria, é originada no Tribunal de Contas

da União. Quem diz que as obras estão superfaturadas, quem diz que a obra não está comprindo o papel para a qual foi orçada e liberada, é o próprio Tribunal de Contas da União. O Deputado, por quem eu tenho um grande carinho e respeito, ao invés de questionar o relatório do Tribunal de Contas da União e justificar as denúncias que ali estão relacionadas, passou a me atacar, ou seja, essa é uma tentativa de descharacterizar a figura do denunciante que não sou eu, apenas estou sendo porta-voz do que o Tribunal de Contas disponibiliza na Internet.

Creio que este não é o caminho certo a ser tomado, porque imaginem o que seria deste Governo se não existisse a Oposição, que tem o papel de fiscalizar e pensar de forma divergente? Um simples relato, uma simples entrevista dando conta de irregularidades Deputado José Vieira, foi o suficiente para que um Deputado do PT, um Deputado da base do Governo do PT, viesse aqui proferir adjetivos os quais sabe que eu não mereço e nem me classificam, mas é a truculência, o ódio que muitas vezes estão entranhados no coração de algumas pessoas que não sabem distinguir, não sabem separar qual é o papel da Situação e qual o da Oposição. Os Deputados da base do Governo, principalmente alguns do PT, têm todo o direito, inclusive o dever, pois para isso, muitos deles são recompensados, de defender o Governo. Quase todos têm a obrigação partidária de defendê-lo, mas a partir do momento que deixam de responder às denúncias que foram feitas pelo Tribunal de Contas da União e passam a atacar aqueles que foram somente porta-vozes desta denúncia aqui na Assembléia, eles estão sendo cúmplices, estão sendo coniventes.

Eu não vou, de forma nenhuma aqui, em momento algum, usar esta tribuna para fazer qualquer referência pejorativa a um dos Deputados desta Casa, nunca fiz isso nesses seis anos de mandato e não é agora que vou fazê-lo. Continuarei tendo divergências e discussões com todos, mas não usarei nunca esta tribuna para tentar descharacterizar a figura de um denunciante. Não vou baixar o nível aqui e peço aos meus queridos amigos Deputados que aguardem até o final desta Sessão, quando terei um pouco mais de tempo para apresentar, com provas publicadas no Diário oficial, mais um caso de superfaturamento nas compras do Governo.

Então, Senhor Presidente, agradeço a benevolência de V. Exa. e pediria um pouquinho de paciência, porque na Explicação Pessoal, terei um tempo maior e apresentarei uma outra denúncia. Espero que os Deputados não me agridam, contestem as denúncias, digam que eu estou aqui nesta tribuna divulgando inverdades, mas não atacando à figura de quem está fazendo a denúncia.

(Sem revisão do orador)

Deputada **NALUH GOUVEIA** (PT) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, companheiros e companheiras há algum tempo, Deputado Luiz Calixto, nós entramos com uma representação no Ministério Público Estadual em relação a uma denúncia que foi feita aqui sobre a questão dos remédios, e eu quero dizer a V. Exa. que se quiser fazer a representação para o Ministério Público Estadual ou Federal, não sei se é verba federal ou estadual, eu assino a representação.

Há muito tempo eu sou do PT, minha vida toda foi dentro desse Partido, eu não sei nem estar noutro partido, porque eu sempre fui do PT. Recebi muitos convites para ir para o PC do B, na época em que surgiu o PT, mas não aceitei. Então, eu não sei dizer se eu teria outro partido. Só sei dizer que sou do PT e estou aqui representando esse Partido, mas também estou representando o povo. Pessoas anônimas que não são do PT, pessoas que nem gostam de política. Eu represento isso. Eu represento o que é legítimo, o que é decente, o que é correto.

Eu acho que o Senhor está na sua função. Eu não entendo essa agressividade toda, mas V. Ex^a está na sua função. Pena que com relação as coisas que nós falávamos sobre o ladrão Orleir, não foi feito absolutamente nada. E eu vejo tantas coisas revoltantes, também em relação a outros corruptos. E agora essas coisas envolvendo alguns companheiros aqui da Assembléia, mesmo da base de sustentação do Governo, do meu partido e o Orleir, esse ladrão do dinheiro público, suspeito de tráfico de drogas. Ele anda aqui e ainda é chamado de Governador. É toda uma solenidade. Há pessoas aqui que têm uma verdadeira veneração, é uma admiração impressionante. Para mim o Orleir é um ladrão do dinheiro público. E eu queria que o PT e as partidos que compõem a Frente dessem outro tratamento ao ladrão Orleir Cameli, mas eles nem tremem a cara: "Fica vermelha cara sem vergonha", mas a cara não fica nem vermelha.

Quero dizer ao Deputado Luiz Calixto que eu assino qualquer questão que surgir aqui contra o que é ilegal, indecente e o que não for certo. Não acredito que o Governador Jorge Viana é um indecente com o dinheiro público, mas então, porque foi o que nós sempre fizemos aqui. Nós primeiro entrávamos, depois questionávamos. Então, eu não vou ter duas caras aqui. Em relação ao ladrão Orleir Cameli, eu queria que as caras tremessem, mas não. O Orleir Cameli é um ladrão convicto. O currículo criminal do Senhor Orleir Cameli faz inveja ao do Fernandinho Beira-Mar. O currículo criminal de Orleir Cameli deixa qualquer Fernandinho Beira-Mar como um aprendiz, mas não adianta falarmos isso aqui. Senhor Presidente, eu sinto tanta raiva das caras sem vergonha que não ficam nem vermelhas, quando falamos sobre isso.

Senhor Presidente, na verdade, eu vim aqui prestar apoio total e irrestrito ao mandato da companheira Marina Silva, a qual está fazendo a coisa decente, mas quem faz a coisa decente neste Estado e neste país sempre tem problema. Eu sei que estão inventando um monte de coisas nos bairros, mas não venham para cima de mim porque do tamanho que vier eu vou, sem nenhum problema.

Para concluir, Senhor Presidente, eu vim aqui para me solidarizar com o mandato da companheira Marina Silva. E a idéia é fazermos uma carta em nome da Assembléia Legislativa do Acre, parabenizando-a pelas coisas boas que tem feito no Ministério, e nos solidarizando com ela por todas as pressões que a mesma vem sofrendo, por estar fazendo a coisa certa.

Obrigada.

(Sem revisão do orador)

Grande Expediente

(Não houve oradores inscritos).

Ordem do Dia

(Não houve Matéria a ser apreciada).

Explicação Pessoal

Deputada NALUH GOUVEIA (PT) – Eu queria Senhor Presidente pedir desculpas aos municípios, aos cidadãos e cidadãs que estão aqui, por essa Sessão em que os Parlamentares não querem discutir. Por esse motivo me inscrevi apressadamente. Eu não sou líder do PT, por isso que, muitas vezes, não tenho espaço para falar, porém eu não acho correto fazer esse tipo de Sessão, porque nós ganhamos muito bem e estamos aqui para trabalhar.

Deputado Nilson Areal, eu estive na sua cidade e fiquei extremamente feliz de ver algumas coisas que estão acontecendo em Sena Madureira, mas outras coisas me deixaram muito triste.

O Senhor não estava aqui e nem o Deputado José Vieira, quando eu falei de uma determinada situação pedi o apoio de todas as pessoas e de todos os Deputados. Eu não sou Deputada de Sena Madureira, mas do Estado do Acre, e represento todos os municípios. A nossa idéia é marcar uma audiência com o Governador Jorge Viana, para pedir a construção da ponte do rio Caeté, pois toda vez que eu vou em Sena, fico triste em ver a situação das famílias que moram na Boca do Caeté. Essas pessoas estão isoladas, é como se vivessem em uma ilha. E não podemos virar a cara para elas. Gostaria, inclusive, de pedir ajuda, ao Governador do Amazonas na construção dessa ponte. O Deputado Sérgio Oliveira, se colocou à disposição, já que tem prestígio como Presidente da Assembléia, para marcar uma audiência com o Governador do Amazonas. É constrangedor ver aquelas famílias isoladas. Os alunos da Escola Anjo da Guarda são obrigados a atravessar o rio. Quando está seco todo mundo ajuda, mas quando está cheio o rebojo é grande e causa uma confusão. Então, é importante marcar essas audiências com os Governadores.

Foi feita aquela ponte em Brasiléia que hoje todo mundo critica e que eu acho maravilhosa. Brasiléia me deu um presente muito grande, Deputado Nilson Areal, que foi um baita de um marido, graças a Deus. O Jair me conta coisas daquela rua que, inclusive, era onde girava toda a vida de Brasiléia, e agora com a ponte, vai ressurgir. O Jair que é de lá, sabe da necessidade dessa construção. E fazer aquela

ponte ali do Caeté é extremamente interessante, para que essa questão seja solucionada.

Temos também que resolver o problema do Ensino Fundamental, pois lá na Boca do Caeté só tem até sétima série. Tem também a questão da estrada do Chicorema, da qual eu falei aqui na Sessão passada. Fizemos 30km em duas horas. Eu contei uma única vez em que o motorista da toyota passou a terceira marcha. O seu Zé Souza, fundador do PT, esta saindo de lá, apesar de ter uma casa linda, por causa do problema do ramal. É preciso que possamos resolver esse tipo de problema.

Fomos juntamente com o Governador inaugurar a iluminação no Alcôbrás, foi lindo ver duzentas e poucas famílias serem beneficiadas com o Programa Luz no Campo. Porém, precisamos também resolver o problema da Escola Nova Esperança. A idéia é fazer um convênio junto com o Governo do Estado e a Prefeitura de Capixaba, para que se resolva essa questão.

Por último, Senhor Presidente, eu gostaria de voltar àquele assunto relacionado a Marina, já que não quis desqualificá-la, misturando-a com uma pessoa de baixo nível, como é o ladrão do Orleir. A Marina vem sofrendo, hoje, muitas pressões por estar fazendo o que é decente, o que é correto; por estar atenta ao que está acontecendo na Mata Atlântica e na nossa Amazônia. E em consequência disso, há uma pressão nacional em cima dela, querem, inclusive, tirá-la do cargo. Então, queria aqui prestar toda solidariedade àquela companheira. Eu, sinceramente, gostaria muito que ela fosse Governadora do nosso Estado, é o meu sonho. Eu me emociono de vê-la como Ministra. Nós aqui do Acre temos de dar apoio à companheira, inclusive, Presidente Nilson Areal, a idéia é, juntamente com o meu amigo Petecão, que é muito querido também pela Marina, mandarmos uma carta, assinada pelos Deputados aqui da Assembléia Legislativa, nos solidarizando com ela, ou seja, com as coisas certas que estão sendo feitas.

O Deputado Moisés, sabe melhor do que eu, porque atua nessa área, que daqui a alguns anos a briga vai ser por água. Hoje, nós temos uma briga entre as religiões, mas daqui a alguns anos a briga vai ser por água, porque não vai ter água neste planeta. A briga vai ser em cima da Amazônia. E a Marina está atenta para as coisas certas, ela tem uma visão de futuro.

Por último, Senhor Presidente, tem também a questão da Vila Campinas, inclusive, o pessoal de lá tem um carinho muito grande pelo Petecão, ele nasceu por ali. Precisamos discutir o problema dessa Vila, pois é preciso que possamos dar cidadania àquele Município. O Petecão tem acompanhado isso com muito cuidado, com muita sabedoria e zelo.

Tenho sido procurada no sentido de que possamos discutir a questão da criação do Município e eu tenho passado o problema ao Petecão, porque eu acho que ele é a pessoa ideal para resolver essa situação.

Terça-feira, Senhor Presidente, falarei sobre os precatórios, que têm nos preocupado, porque são dívidas do Estado, e o Governador tem sido muito correto em pagar as dívidas dos ex-Governadores, principalmente, daquele ladrão do Orleir. São mais de 10 milhões que, todo o mês, nem entra na conta, vai direto para pagar os 34 milhões que o Orleir roubou do nosso Fundo Previdenciário. Ninguém nem lembra mais. Inclusive, daqui alguns tempos, eu não sei nem como vai ser a questão das aposentadorias neste Estado.

Terça-feira vamos conversar sobre os precatórios, porque não pode ter dois pesos e duas medidas, porque para pagamento de dívidas de ex-Governadores ladrões, se paga muito bem, mas as dívidas dos servidores não. Essas dívidas têm que ser pagas. Temos como exemplo o Governador que não paga luz, não paga água, não paga isso, não paga aquilo, aí fica difícil. Então, a gente tem que ter as mesmas medidas para pagar dívidas de ex-Governadores ladrões e servidores.

(Sem revisão do orador)

Deputado LUIZ CALIXTO (Líder do PDT) - Senhor Presidente, Deputada Naluh Gouveia, Senhores Deputados, como tenho o hábito da leitura, encontro textos bons, excelentes e ruins. E como também leio o Diário Oficial do Estado, que na minha modesta opinião é uma fonte inesgotável de pesquisa para quem quer fazer oposição com responsabilidade, pois contém dados consistentes que ajudam a oposição a cumprir o seu papel, que é fiscalizar os atos do Poder Executivo e denunciar aqueles que estão em desacordo com a lei, encontrei

recentemente duas denúncias de superfaturamento apresentadas pelo Tribunal de Contas da União. De vários exemplos, vou utilizar somente dois: areia e brita; qualquer cidadão que esteja fazendo ampliação de sua cozinha, e que tenha dinheiro em espécie vai comprar um metro de areia e brita respectivamente, no mercado local, nos preços: R\$ 12,00 e R\$ 90,00. Mas no caso do Centro Olímpico se colocou um preço acima, que elevou o valor da areia, Deputado Sérgio Oliveira, para R\$ 29,00 e da brita para R\$ 134,50, conforme os dados que constam no relatório do Tribunal de Contas da União. Cinquenta reais num metro de brita pode parecer pouco, mas se multiplicarmos pela quantidade utilizada, isso é muito. E nós sabemos que quanto maior a quantidade, maior é o poder de barganha do comprador.

Mas o Governo faz o contrário, quanto maior é a quantidade maior é o preço. Por essas e outras é que a obra do Centro Olímpico foi proibida de receber recursos do orçamento geral da União, e a liberação só ocorreu agora em julho, com a seguinte condição: corrigir as legalidades, readequar as planilhas, ou seja, consertar tudo o que está errado, essa é a condição. Mas se não bastasse a reprimenda do Tribunal de Conta da União, no Diário Oficial, Deputada Naluh, e são dados do Diário Oficial, não são dados meus; nós temos a publicação da homologação de três contratos, todos firmados pelo Deracre, com uma firma MSM Industrial Limitada para adquirir 190 metros de pedrisco com o custo total de R\$ 291.000,00. Se nós quisermos saber o preço unitário de cada metro desse pedrisco, basta fazermos uma conta bem elementar, dividir o preço total pela quantidade de metros, então, chegaremos ao preço de R\$ 134,89; enquanto que no mercado local este mesmo pedrisco pode ser adquirido na pedreira do nosso Waldomiro Soster, ou do Moacir e em outras na Rodovia Chico Mendes ao preço de R\$ 90,00. Apenas nesse item o Governo gastou R\$ 85.291,00 a mais do que o preço que qualquer consumidor pagaria ao comprar esses produtos. Há um outro contrato, para aquisição de setecentos metros de brita, ao preço total de noventa e quatro mil e dezessete reais. Fazendo-se a mesma conta, a mesma divisão, nós chegaremos ao preço de R\$ 134,31, para um produto que qualquer pessoa, qualquer cidadão que esteja comprando um metro de brita para fazer uma laje pagaria um preço menor.

Um outro contrato para comprar oitocentos e quinze metros de areia, qualquer cidadão usando o mesmo exemplo, pode-se dirigir a qualquer areal desta cidade, que ele comprará para pagar com cartão de crédito ou no cheque pré-datado a R\$ 15,00 o metro cúbico de areia. O Governo comprou esta mesma areia por R\$ 19,95.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, essa compra poderia ter sido feita por R\$ 246.000,00, no entanto, foi feita por R\$ 366.000,00, ou seja, com superfaturamento de R\$ 120.000,00, em apenas três itens. Esses dados são inquestionáveis e se submetem a qualquer prova, qualquer um de nós, aqui do plenário ou desta galeria pode fazer a pesquisa de preço nos areais e nos depósitos de pedra, e qualquer um comprará esses produtos pelo preço que eu indiquei.

Senhor Presidente, por que e qual a razão de se comprar mais caro? Quem está ganhando com este superfaturamento? Quem está sendo comissionado? As empresas? Então que se refaça o contrato, que se rebaixe os preços. Eu não creio, sinceramente, que o Presidente da CPL, Senhor Sérgio Nakamura, o homem da construção civil, não conheça os preços do mercado local, não acredito. O Dr. Sérgio Nakamura é um Engenheiro Civil que tem firmas construtoras e ele sabe exatamente os preços que se praticam no mercado.

Portanto, irei fazer um pedido ao Ministério Público, antes de adentrar por outros detalhes, para que se investigue, que se justifique para a sociedade acreana, o porquê em apenas três itens, o preço desses materiais foi superfaturado em 120 mil reais. Depois queremos saber quem está tirando vantagem desses 120 mil reais. Porque eu não creio, sinceramente, Deputada Naluh, que o Presidente da Comissão de Licitação seja tão desinformado ao ponto de dizer que não sabe os preços que são praticados no mercado. Eu não acredito, sinceramente, que o Presidente de Comissão de Licitação não tenha comprado, com seus recursos, um metro cúbico de areia, um metro de brita e a partir daí ele se embazasse para saber o valor pelo qual ele poderia cotar as compras do Estado.

Esses dados estão no Diário Oficial de número 8.851, do dia cinco de agosto deste ano, está tudo publicado na maior desfaçatez como se ninguém tivesse a curiosidade de olhar o valor de um contrato e dividir para descobrir o preço unitário, que coincidentemente é o mesmo

valor que foi condenado pelo Tribunal de Conta da União nas obras do Centro Olímpico.

Senhor Presidente, para concluir irei encaminhar esses dois papéis: a cópia do Diário Oficial e a cópia da planilha e sugerir aos Promotores que liguem para qualquer areal, para qualquer depósito de pedra e perguntuem quanto custa o metro desses produtos.

(Sem revisão do orador)

Deputado EDVALDO MAGALHÃES (Líder do Governo)

– Senhor Presidente, Senhores Deputados, quero fazer algumas observações de ordem política, acerca do debate do Deputado Luiz Calixto, e outras observações sobre os dados que ele apresentou.

V. Exa. fez uma referência, na sua primeira fala, que alguns Parlamentares tinham obrigação de defender o Governo. Como Líder do Governo o faço e não tenho nada em troca por fazê-lo. Sou do tipo que tenho lado político, posição e os assumo. Meu partido sempre foi assim, por tradição. E me veio a dúvida, se quando V. Exa. passou quatro anos defendendo, com unhas e dentes, o Governador Jorge Viana, se V. Exa. recebia algo em troca, porque eu desconheço e acredito que não. Portanto, acho que não fica bem V. Exa. usar dois pesos e duas medidas, na observação política, sobre aqueles que, aqui, democraticamente tem uma posição e defendem um determinado projeto de governo, e aqueles que têm uma posição de oposição a esse projeto, que é legítimo. Essa é a primeira observação de ordem política.

A segunda observação é que V. Exa. se utilizou de um relatório do Tribunal de Contas da União para fazer o debate do Centro Olímpico numa sessão em que eu não estava presente.

Se voltarmos àquela época, através dos Anais desta Casa, vamos ter a oportunidade de ler um discurso do Deputado Luiz Calixto se contrapondo a Oposição nesta Casa, questionando o relatório do Tribunal de Contas da União com referência a construção das BRs do nosso Estado. O debate dizia que o preço dos insumos utilizados na BR era superfaturados, havia sobrepreço, essa é a expressão técnica. O Deputado Luiz Calixto fazia um discurso radical contra o relatório de técnicos burocráticos da União, que não sabiam, que para a brita chegar até a estrada de Tarauacá e Feijó, às vezes, era necessário ser carregada nas costas. Vou trazer esse discurso para ser lido aqui, Deputado Luiz Calixto.

Os técnicos do Tribunal de Contas da União indicam um padrão a ser observado e questionar é o papel deles. Quando o Estado faz sua justificativa, eles reconsideram. O Deputado Luiz Calixto se traiu pela oratória, fez todo comentário sobre superfaturamento, sobre desvio de finalidades da obra do Centro Olímpico, mas disse que a obra foi liberada, será que o Tribunal de Contas foi comprado? Alguém influenciou para que o Tribunal de Contas mudasse radicalmente de posição e permitisse que a obra continuasse? Ou será que o Estado comprovou que não houve desvio de finalidade da obra?

Sabe qual é o questionamento sobre o desvio de finalidades da obra do Centro Olímpico? É que na rubrica do Ministério dos Esportes os recursos são destinados à construção de praças e áreas de lazer para jovens de periferia, e eles entendem que o Centro Olímpico não cumpria essa finalidade. O Estado fez uma justificativa dizendo que sim, que atende, desde que tenha um programa envolvendo os bairros periféricos da nossa cidade, e eles aceitaram. O desvio de finalidade é esse, está no relatório; só não foi dito pelo Deputado Luiz Calixto, porque não lhe interessa dizer isso.

Ora, Deputado Luiz Calixto, o Tribunal de Contas da União reviu a sua posição, já permitiu que se alocasse recursos da União para a continuidade das obras do Centro Olímpico. Está questionando as planilhas, mas o Estado está comprovando que suas planilhas estão corretas. Eu acompanharei V. Exa. na hora em que desejar para irmos ao Ministério Pùblico levar esses contratos que V. Exa. leu aqui.

Existe uma coisa que deve ficar claro na vida pública: ladrão não é burro!

Olha só, o “cara” vai fazer uma licitação, faz superfaturada e manda publicar no Diário Oficial, calculando que ninguém perceberia. Ladrão não é burro, Deputado Luiz Calixto. Tenho certeza que temos justificativa para o que V. Exa. colocou aqui. Se há uma coisa que pode ser questionada em nosso Governo é que ele tem um perfil centralizador. Num momento de reconstrução você tem que ter comando, tem que ser duro.

Se questiona no nosso Governo uma série de posturas na relação com setores. O marketing deste Governo, é o tratamento decente com a coisa pública. Uma marca deste Governo foi aplicar corretamente os recursos públicos. Até os mais ferozes expositores deste governo reconhecem a revolução da ética que foi feita nas estruturas administrativas do nosso Estado. Até aqueles que estão malucos pelo espaço de poder sabem que não é pelo viés da corrupção que irão nos atacar e atingir. Este Governo obteve resultados que comprovam seu compromisso com a ética, com o trato correto do patrimônio público. E bastante analisar os números da arrecadação do Estado como exemplo. Para isso, V. Exa. foi chefe de arrecadação na Secretaria da Fazenda. A diferença é enorme, foi incompetência de V. Exa.? Não, é que aquela estrutura de poder não era para tratar bem o dinheiro do Estado, para desviá-lo. Por isso não aumentava a arrecadação. Veja que os recursos públicos que vêm para o nosso Estado, todos são aplicados. Nós temos que melhorar muito, mas não podemos acusar esse Governo de corrupto, pelo amor de Deus, porque o povo não acredita nisso e as pessoas sensatas também não.

Nesse sentido, Deputado Luiz Calixto, acredito que o debate entre Situação e Oposição deve continuar, se aprofundar e enriquecer neste Parlamento, esse é o nosso papel, mas acho que V. Exa. pega um viés que não é o mais adequado, nem o mais correto para enriquecermos o debate nesta Casa.

(Sem revisão do Orador)

Deputado **RONALD POLANCO** (PT) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Deputada Naluh Gouveia, Deputado Luiz Calixto eu ouvi seus recentes pronunciamentos e tenho observado como V. Exa. vem tratando a Frente a qual eu pertenço, levantando questões que não são verdadeiras.

Não é sua prática, ações como essa, eu reconheço, mas o momento político pode ter levado V. Exa a ter esse tipo de postura. Se V. Exa é um bom leitor, eu acho que lhe faltou informações para que completasse seu raciocínio.

Quando V. Exa viu o primeiro Acórdão do TCE, que avaliou o projeto apresentado pelo Governo do Estado sobre o Centro Olímpico, V. Exa. teve a mesma visão dos profissionais de Brasília, sobre os custos da obra que V. Exa há algum tempo já defendeu.

Vou entregar a V. Exa uma cópia do Acórdão nº 1925/2003, sobre o Centro Olímpico, mas antes vou ler um trecho do mesmo:

Acórdão 1945/2003 – Plenário – TCU

1. Processo nº TC 004.649/2003-7 (com 13 volumes)
2. Grupo II – Classe de Assunto: V – Relatório de Auditório/2003
3. Entidades: Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transporte – DNIT, Departamento de Estrada e Rodagem do Acre – DERACRE;
4. Responsáveis: Wolvenar Camargo Filho (CPF:964.212.158-15); Vicente Barbosa Ortiz (CPF:111.115.421/04); Eleacre Engenharia e Com. Ltda (CNPJ:63.606.933/0001-47); Ambiente Urbano Planejamentos e Projetos (CNPJ: 65.034.456/0001-18); Voltoragui Engenharia Itda. (CNPJ:81.908.212/0001-73); Emanuel Messias França (CPF: 132.179.501-78); Alexandre Menezes Mendes (CVPF: (580.761.583-20); Jailson Barbosa de Souza (CPF:634.443.722-72); Joy Polanco Ribeiro (CPF:217.144.872-53); Mariselva Alves Bandeira (CPF:079.075.672-20); Dorinaldo do Vale Braz (CPF:196.392.282-49); Lourival da Silva Nalasco (CPF:461.535.002-34); e Agostinha Beatriz Mendonça (CPF:475.183.919-53).
5. Relator: Augustinho Sherman Cavalcanti
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: Secex/Ac
8. Advogado constituído nos autos: não consta.
9. Acórdão:

VISTOS, relatos e discutidos estes autos de Relatório de Auditoria integrantes do Fiscobras 2003, referente as obras de implantação de infra-estrutura esportiva para uso de comunidades carentes – construção de Centro Olímpicos na cidade de Rio Branco/AC.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo relator, em vista dos achados constantes no Relatório de Auditoria, em:

9.1. rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Wolvenar Camargo Filho, CPF nº 964.212.158-15, Secretário Executivo de Obra Públicas do Governo do Estado do Acre, quanto aos subitens 9.1.2, 9.3.1, 9.3.2, 9.3.3, 9.4.1, 9.4.2, 9.4.3 do Acórdão 1373/2003 – Plenário, dispensando, por ora, a aplicação de sanções tendo em vista que as falhas apontadas, além de não decorrerem de má-fé do gestor, ou não causaram prejuízo ao erário, ou podem ainda ser corrigidas, de modo a evitar tal prejuízo ou outra consequência mais grave;

9.2. acolher as razões de justificativas apresentadas pelo Sr. Wolvenar Camargo Filho, CPF n. 964.212.158-15, Secretário Executivo de Obras Públicas do Governo do Estado do Acre, quanto aos subitens 9.1.1, 9.1.3, 9.6, 9.5 e 9.7 do Acórdão 1373/2003 – Plenário;

9.3. acolher as razões de justificativas apresentadas pelos Srs. Emanoel Messias França (Presidente da CPL-4), Rosimar Gomes de Moura, Alexandre Menezes Mendes, Jailson Barbosa de Souza e Joy Polanco Ribeiro (demais membros CPL-04) quanto aos subitens 9.9 do Acórdão 1373/2003 – Plenário;

9.4. acolher as razões de justificativa apresentadas pelos Srs. Emanoel Messias França (Presidente da CPL-3), Mariselva Alves Bandeira, Dorinaldo do Vale Braz, Lourival da Silva Nalasco e Agostinha Beatriz Mendonça (demais membros da CPL-03), quanto aos subitens 9.10.1 e 9.10.2 do Acórdão 1373/2003 – Plenário;

Eu acredito Deputado Luiz Calixto, que V. Exa. não tinha essa informação, pois tenho certeza que se tivesse não tinha feito as colocações que fez e talvez nem tivéssemos debatendo nesse nível, mas estaríamos, como o Deputado Edvaldo sempre defende, debatendo o futuro desse Estado.

Eu estive no local da obra e posso explicar porque o Tribunal chegou a essa conclusão: muitas vezes, a Caixa Econômica Federal pede que todos os itens sejam incluídos nas planilhas de cálculo dos projetos apresentados, todos os componentes, por exemplo: componente brita, que seja incluído o percentual de perca, que é de 15%, o volume da acomodação que o metro cúbico gera depois de colocado na prática, os custos trabalhistas e o BD1 da empresa. Daí a razão do metro cúbico sair de R\$ 85,00, para R\$ 134,00. A mesma situação ocorreu com a areia e sobre o gramado que eu não sei se V. Exa. questionou, mas mudou porque os técnicos da Caixa Econômica não permitiram que fosse colocado gramado direto e sim plantado, porque o gramado direto é mais caro e o plantado supostamente seria mais barato, mas a longo prazo é mais caro porque o custo de manutenção encarece mais a obra.

Com relação às empresas houve toda a repactuação de custos para que elas mostrassem aos profissionais da Caixa Econômica Federal. Os técnicos do Tribunal de Contas da União foram informados sobre a cadeia de como foi constituído esse processo.

O que houve foi ousadia do Governo, porque eu acho que não foi erro. Houve sim, desvio de finalidade na visão do pessoal de Brasília, mas eu considero isso uma ousadia do Governo, porque tentou incluir no programa do Governo Federal, o futebol e outras modalidades esportivas. Estariam sendo incluídos no programa do Governo Federal, que diz que esse programa tem que ser direcionado para famílias de baixa renda.

O Centro Olímpico, como está na periferia iria atender o Taquari, aqueles bairros do 2º distrito que são de baixa renda, alias todo o 2º Distrito, mas também a outra parte da cidade. Além do Comércio e famílias tradicionais que residem naquela área, poucos têm uma renda superior a média da nossa cidade.

Então, Deputado Luiz Calixto, a ousadia estava ai, e hoje o Ministro do Esporte reconhece, que a aquele Centro Olímpico vai atender as famílias de baixa renda. Este é o esclarecimento.

Deputado **LUIZ CALIXTO** (Líder do PDT - EM APARTE) – Deputado Polanco, obrigado pelo aparte, V. Exa cita um Acórdão de 2003 e eu posso lhe mostrar um que foi votado no dia 14 de julho de 2004, onde o Tribunal de Contas recomenda que se corrija as irregularidades para que a obra volte a receber recursos, é uma condicional. Com relação aos argumentos de que no passado eu defendia essa obra, são verdadeiros, não nego, mas os custos que eu defendia era de uma estrada que se localizava a 400 KM de Rio Branco, onde não existia transporte terrestre, no inverno, o acesso é apenas pelo rio e no

verão precariamente por rodovia. A denúncia que eu estou levantando agora Deputado Ronald Polanco, diz respeito a BR-317 que já está asfaltada. Se refere a aquisição de brita e areia para o anel viário que fica a 7 km de Rio Branco e não a 400. Então, não se justifica esse superfaturamento. Eu não sou nenhuma criança desinformada para comparar preços praticados em Tarauacá com os do anel viário. Esse material foi adquirido para recuperar a BR 317 no sentido Brasiléia, portanto bem perto daqui, onde se vai e volta numa manhã, ou para o anel viário que dá para fazer o percurso dez vezes por dia. Como é que o Senhor justifica que alguém venda um metro de brita pagando o mesmo funcionário, comprando a mesma dinamite, pagando os mesmos encargos sociais, pagando todos os custos a R\$ 90,00 e ao Governo vende por R\$ 134,00? Se a alegação for a distância da obra, hoje não é verdadeiro, já foi no passado da rodovia de Tarauacá, onde no inverno só se chega pelo rio. O Tribunal de Contas não cometaria esse erro ao embargar a obra, porque já tem um considerável volume de recursos públicos colocados ali, mas eles dizem: reconhece as irregularidades, refaçam os custos. Eu passarei a V. Ex^a o relatório, que foi publicado na Ata de nº 24 de 2004, na sessão do dia 7 de julho de 2004.

Deputado RONALD POLANCO (PT) – Deputado Calixto, o Deputado Edvaldo já o convidou para ir ao Ministério Público e faço questão de acompanhá-lo também, porque acho que corrupção não é a nossa marca. Nós podemos pecar como todo país peca. Aliás, ontem assistia uma entrevista no Canal Livre de um jornalista que escreveu um livro sobre os processos democráticos recentes da América Latina e perguntavam para ele, por que ainda existe tanto caudilhismo na América Latina? E ele dizia: é a imaturidade da sociedade que ainda não chegou a avançar muito e a gente se digladiava nos parlamentos, no seio da sociedade civil com temas que não têm nada a ver com o assunto. Eu acho que a democracia é tão importante para a construção de uma sociedade sadia que exige que cobremos das instituições um controle permanente dos políticos. Um Ministério Público forte. Uma Imprensa livre que faça o papel de um quarto poder, mas que opine de maneira correta, ao contrário do que foi feito com alguns companheiros Parlamentares como o Wilson Pinheiro do Rio Grande do Sul, sobre o qual a imprensa divulgou informações que não eram verdadeiras. Então, nós temos que lutar, Deputado Calixto, realmente por uma democracia plena.

Com relação à corrupção V. Ex^a conviveu com este Governo e o conhece, portanto sabe como atuamos e qual é a nossa prática e o que pode ser medido hoje, nos processos eleitorais.

(Sem revisão do orador)

Deputado SÉRGIO OLIVEIRA (BPM) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, tenho dois assuntos para abordar no dia de hoje. O primeiro é que a Imprensa publicou uma notícia a respeito de uma audiência que eu tive nas Pequenas Causas, onde eu fui intimado para fazer uma conciliação ou não com o empresário Narcísio Mendes, por conta de um artigo que ele escreveu contra mim. Então, eu tive o direito de resposta. Por causa disso, ele entrou nas Pequenas Causas, pedindo uma indenização de dez mil reais. E eu fui tentar uma conciliação; conciliação essa que terminou numa briga, se não fosse a segurança da Casa o homem tinha quebrado tudo.

Muitas vezes ouvi aqui, discursos de alguns companheiros, como os Deputados Nogueira Lima, Luiz Calixto e Naluh Gouveia, em que eles pediam à Mesa Diretora que tomasse alguma providência visto que o Poder Judiciário vem tratando os Parlamentares desta Casa. Estou fazendo esse comentário, porque ontem estive no Estado de São Paulo, participando de um fórum, onde estavam reunidos todos os Presidentes de Assembléias do Brasil. Em seguida tive uma reunião com o Governador do Estado, Geraldo Alkmin, e aproveitei a oportunidade para falar-lhe sobre isso; porque, hoje, nós estamos sendo um mero despachante do Executivo, e o nosso poder de legislar está se descharacterizando. Em virtude disso, a Unale está tomando algumas providências, para que o Poder Legislativo não vire um cabide de emprego para alguns Parlamentares. E ao ouvirem o meu depoimento os Presidentes de Assembléias não acreditaram que isso estava acontecendo.

Na verdade eu não deveria ter comparecido àquela audiência, mas se eu não fosse, eu seria julgado à revelia. Como estou exercendo o mandato de Deputado não responderei o processo agora, mas quando eu deixar de ser Deputado, terei que responder esse processo.

Ouvindo os depoimentos dos Deputados Nogueira Lima, Naluh Gouveia e Luiz Calixto e de outros colegas que já tiveram o desprazer de comparecer nas Pequenas Causas, não que nós sejamos melhor do que ninguém, porque Deputado é igual a qualquer pessoa, mas o ambiente ali é constrangedor, porque você fica junto com pessoas que roubam bicicletas, ladrões de galinha. Então na verdade é uma afronta aos Parlamentares; porém mesmo sendo Presidente do Poder Legislativo, eu fiz questão de comparecer para sentir na pele, o que os nobres colegas já sentiram.

Deputada Naluh Gouveia, em outra reunião a Unale, a Senhora já falou isso, mas o pessoal não acredita que está existindo essa relação aqui no Acre. É bom que essas informações cheguem às autoridades de todo o país, para saberem o que está acontecendo em nosso Estado. Então, é nesse sentido de desabafo que faço o meu discurso. E dizer que não estamos cruzando os braços diante dessa situação, muito pelo contrário, a Unale vai se manifestar ao Presidente do Poder Judiciário, porque na verdade isso está gerando uma verdadeira desmoralização para o Poder Legislativo.

Deputado NOGUEIRA LIMA (Líder do PSC – EM APARTE) – Deputado Sérgio Oliveira, V. Exa. falou que nós temos fôro privilegiado, mas não temos, porque se o Senhor não fosse seria julgado à revelia. Aí eles iriam na sua casa para penhorar as suas coisas, porque foi isso que aconteceu comigo, com a Deputada Naluh, com o Deputado Chico Sombra, com o Deputado Valdomiro. Enfim, com vários Deputados. Nós já estamos falando sobre isso há muito tempo. Agora, a culpa disso estar acontecendo Deputado, é do próprio Parlamento que está se agachando ao Poder Judiciário. E nós somos o maior Poder dentro do Estado. É só os Deputados exigirem os seus direitos, começando pela Mesa Diretora, e assim juntamente com os Deputados; aí nós passaremos a ser respeitados pelos outros poderes.

Deputado SÉRGIO OLIVEIRA (BPM) – Incorporo o aparte do Deputado Nogueira Lima, e até entendo o seu desabafo. Na verdade, existe essa angústia aqui no Parlamento, mas hoje eu conversarei com o Presidente do Tribunal de Justiça e espero que possamos manter uma relação de respeito e de cordialidade como sempre tivemos, porque é fundamental que exista entre os Poderes uma relação de harmonia.

Outro assunto que me traz a esta tribuna, é que tenho acompanhado pela Imprensa notícias a respeito da CPI dos marajás sobre a contratação de uma Assessoria Técnica Jurídica, para colaborar com o trabalho dos nobres colegas Deputados, que compõem a comissão. Então Senhores Deputados, não sei se todos sabem, mas a maioria sabe que estamos diante de um desafio, que é essa CPI dos marajás. Por conta de algum entendimento, que ao nosso ver, totalmente equivocado, por parte do Judiciário, que colocou o Poder Legislativo numa situação de ter que pagar em torno de dois a três milhões de reais, como disse o Deputado Edvaldo Magalhães, o qual faz parte da comissão. Essa quantia para o Poder Legislativo, é praticamente impagável. Nós não temos condições de pagar essa quantia.

Tive oportunidade de conversar com o Presidente da comissão, Deputado José Luis e o relator Deputado Taumaturgo Lima, pois não estamos querendo, de forma alguma, dar privilégios à equipe do Rio Grande do Sul ou de qualquer outro Estado. Nós estamos querendo uma equipe que realmente traga algum resultado para essa CPI. Eu até entendo essa vontade da Imprensa em dar uma satisfação para a população sobre esse caso, o qual requer um tratamento especial. Eu ouvi através de um jornal, dizerem que chegariam nove pessoas para dar essa assessoria. Isso não é verdade. Há um grupo de auditores, de advogados que fizeram uma proposta para a Mesa Diretora. Inclusive, ainda nem sentamos para tomar essa decisão. Agora o que se está tentando é buscar uma assessoria técnica que realmente vá fundo nessa questão, e que seja imparcial, porque essas pessoas que estão sendo investigadas têm grande influência em nosso Estado. A meu ver, nós devemos ter uma assessoria competente e que não tenha vínculo com as pessoas que fazem parte desse processo, para facilitar o nosso trabalho.

Eu gostaria de dizer aos companheiros que, podem ter certeza, que no momento em que fizemos a licitação, a Imprensa vai ter acesso aos valores. Agora, estamos apenas querendo dar condições, para que a CPI realmente faça um belíssimo trabalho.

(Sem revisão do orador)

Deputado **MOISÉS DINIZ** (BPM) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, essa matança de mendigos em São Paulo e inadmissível. Imaginem se os jornais publicaram assim: “assassinaram nove Deputados e nove Senadores estão gravemente feridos, ou então, assassinaram seis Desembargadores e nove Juízes estão gravemente feridos”. V. Ex’s imaginem a confusão no Brasil, no Judiciário do Acre, nas Câmaras de Vereadores e na nossa Casa.

Eu lembro-me do assassinato de um Juiz em São Paulo a confusão que gerou, atos de solidariedade do Judiciário, e aqui também, da nossa Casa.

Deputada Naluh, foram seis mendigos assassinados em São Paulo. Seis pobres mendigos e tem nove gravemente feridos. Mas para que a Imprensa cobriu isso? Por que os Deputados ficaram tão chocados, Deputado Calixto? Isso é um fato corriqueiro no mundo.

Senhores Deputados, o Brasil está entrando no Primeiro Mundo e nós precisamos copiar alguma coisa de lá. Na França eles matam judeus, no México os índios, nos Estados Unidos os negros, em Israel os palestinos, na Alemanha as prostitutas e aqui no Brasil os mendigos.

Recentemente Deputado Nogueira Lima, um empresário de São Paulo realizou uma festa no seu aniversário e convidou oito mil e quinhentas pessoas para sua grande fazenda, trezentos disseram que só poderiam ir de avião, então ele mandou construir um aeroporto e rapidamente contratou dez controladores de vôo para poder receber os ilustres convidados. Mas a concentração de renda em São Paulo não é diferente da concentração de renda do nosso Estado é só verificarmos as fortunas do Acre.

Senhor Presidente, eu estou com pena de mim mesmo, pois acho que nós Deputados perdemos a capacidade de nos indignar com essas coisas, e a capacidade de olhar para o outro e perceber que pessoas estão morrendo.

Portanto, eu quero propor aqui, Senhor Presidente, e pedir o apoio dos nossos Deputados, para que aprovemos um dia de luto aqui no Acre em solidariedade aos mendigos assassinados em São Paulo, que a gente possa fazer pelo menos isso, solidariedade a essas pobres pessoas.

(Sem revisão do orador)

DIVERSOS

Ata da 52ª Sessão Ordinária Deliberativa da Segunda Sessão Legislativa da Décima Princípia Legislatura.

Realizada em 19 de agosto de 2004.

Presidência: Deputado **Delorgem Campos**

Secretaria: Deputado **Francisco Viga**

Às dez horas e quatorze minutos, sob a Presidência do Deputado **Delorgem Campos**, Presidente do Poder Legislativo do Estado do Acre, em exercício, Secretariada pelo Deputado **Francisco Viga**, Secretário, em exercício, presentes os Deputados **Juarez Leitão**, **Naluh Gouveia**, **Pc. Valmir Figueiredo**, **Ronald Polanco** e **Taumaturgo Lima**, do Partido dos Trabalhadores - PT; **Elson Santiago** e **Moisés Diniz**, do Bloco Popular Mobilizador -BPM; **Roberto Filho**, do Bloco Liberal Trabalhista - BLT; **Luiz Gonzaga** e **Helder Paiva**, do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB; **José Bestene**, do Partido Progressista - PP; ausentes os Deputados **Edvaldo Magalhães**, **Sérgio Oliveira**, **José Luís**, **Hélio Lopes**, **Nilson Areal**, **Antonia Sales**, **Chagas Romão**, **José Vieira**, **Luiz Calixto**, **Nogueira Lima** e **Tarcísio Medeiros** foram abertos os trabalhos da presente Sessão. Lida a Ata da Sessão anterior foi a mesma aprovada sem restrições. O **Expediente do Dia** constou de: Ofício Circular N. 101-TEM/SPPE/2004, do Secretário de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego, Remígio Todeschini, enviando cópias dos Convênios: MTE/SPPE/CODEFAT N. 43/04 – SEPLANDS/AC – PNQ e TEM/SSPE/CODEFAT N. 89/04 – SEPLANDS/AC – PLANSINE, celebrados entre o Ministério do Trabalho e Emprego e o Governo do Estado do Acre, acompanhadas de cópias dos Planos

de Trabalho e das respectivas publicações no Diário Oficial da União, consoante ao disposto no § 2º do art. 116 da Lei n. 8.666, de 1993 e no art. 11 da IN/STN N. 1, de 1997; **GABJU/ OF. N. 512/2004**, do Juiz de Direito da 3ª Vara de Família da Comarca de Rio Branco, Júnior Alberto Ribeiro, determinando o desconto mensal na folha de pagamento do empregado Manoel José Nogueira Lima, a título de pensão alimentícia provisória, da importância correspondente a 8% (oito por cento) da remuneração mensal e demais vantagens percebidas pelo requerido, inclusive o 13º salário, deduzidos os encargos obrigatórios, devendo dita quantia ser depositada na conta corrente n. 15.013-4, agência 2358-2, Banco do Brasil, em nome de Vera Gomes de Lacerda, enquanto não houver ordem judicial em contrário; **Of. Circular CRMAC N. 22/2004**, do Presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado do Acre, José Wilkens Dias Sobrinho, convidando o Presidente desta Casa Legislativa a participar, no dia 25 de agosto, na sede do referido órgão, de um seminário onde estarão presentes representantes do Conselho Federal de Medicina, do CRMAC, do Sindicato dos Médicos e da Associação Médica do Acre; **Indicação N. 76/2004**, acompanhada de justificativa, de autoria da Deputada Naluh Gouveia, solicitando ao Secretário de Estado de Educação, a construção, em alvenaria, da Escola de Ensino Fundamental e Médio Nova Esperança, situada no Projeto de Assentamento Alcobrás – Ramal Antonio Costa, Km 11, BR-317 – Município de Capixaba; **Indicação N. 77/2004**, acompanhada de justificativa, de autoria da Deputada Naluh Gouveia, solicitando ao Secretário de Estado de Educação, Prof. Arnóbio Marques, o envio dos seguintes itens, para Escola Estadual de Ensino Médio Marcílio Pontes dos Santos, situada no Município de Acrelândia-Acre: a) Um computador; b) Uma máquina de escrever elétrica; c) Encyclopédia e livros para pesquisa; d) Ventiladores; e) Instalação de uma máquina de xerox; f) Professores para disciplinas exatas; g) Construção de uma quadra coberta; **Indicação N. 78/2004**, acompanhada de justificativa, de autoria da Deputada Naluh Gouveia, solicitando ao Secretário de Estado de Educação, Prof. Arnóbio Marques, as seguintes providências, urgente, com relação à Escola Estadual de ensino Fundamental Pedro de Castro, situada no Município de Acrelândia/Acre: a) Reforma completa na estrutura física da escola em caráter de urgência; b) Envio de um kit tecnológico; **Indicação N. 79/2004**, acompanhada de justificativa, de autoria da Deputada Naluh Gouveia, solicitando ao Secretário de Estado de Educação, Arnóbio Marques, providências, com relação aos itens relacionados a seguir, referentes à Escola Maria de Jesus Ribeiro: a) Inauguração da Escola; b) Placa denominando a escola; c) Mobília completa (nova); d) Envio de um computador ou mimcógrafo; e) Conserto de um freezer; f) Reforma na fossa; g) Dois bebedouros; h) Máquina de escrever; i) Playground; j) quadra coberta; k) Acervo de Ciências, História e Geografia; l) Kit tecnológico; **Indicação N. 80/2004**, acompanhada de justificativa, de autoria do Deputado Hélio Lopes, solicitando o envio do Anteprojeto de Lei de sua autoria, ao Governador do Estado do Acre; **Indicação N. 81/2004**, acompanhado de justificativa, solicitando o envio do Anteprojeto de Lei de sua autoria, ao Governador do Estado do Acre; Aberto o **Pequeno Expediente**, usaram da palavra os Deputados **Naluh Gouveia**, do PT; **José Bestene**, Líder do PP; e **Ronald Polanco**, do PT. Aberto o **Grande Expediente**, não houve oradores inscritos. Aberta a **Ordem do Dia**, não houve Matéria a ser apreciada. Aberta a **Explicação Pessoal**, não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente, **Delorgem Campos**, encerrou a presente Sessão, precisamente, às dez horas e trinta e dois minutos, convocando outra para dia e hora regimental. E, para constar, eu, *Maria Ayacaciola Jardim Rodrigues*, lavrei esta que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e subscrita pelos Secretários.

[Assinatura]
Presidente

[Assinatura]
1º Secretário

[Assinatura]
2º Secretário

COMISSÕES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Presidente: Deputado Edvaldo Magalhães (BPM) (PSDB)
Vice-Presidente: Deputado Luiz Gonzaga

TITULARES:
Deputados: Thaumaturgo Lima (PT) Nilson Areal (BLT) José Luís (BSC)

SUPLENTES:
Deputados: Naluh Gouveia (PT) Elson Santiago (BPM) Hélio Lopes (BLT) Francisco Viga (BSC) Helder Paiva (PSDB)

Dia de Reuniões ordinárias: Terça-feira 9h

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Presidente: Deputado Helder Paiva (PSDB)
Vice-Presidente: Deputado Francisco Viga (BSC)

TITULARES:
Deputados: Juarez Leitão (PT) Edvaldo Magalhães (BPM) Nilson Areal (BLT)

SUPLENTES:
Deputados: Valmir Figueiredo (PT) Elson Santiago (BPM) Hélio Lopes (BLT) Delorgem Campos (BSC) Luiz Gonzaga (PSDB)

Dia de Reuniões ordinárias: terça-feira 9h

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO, TRABALHO, SEGURANÇA PÚBLICA E MUNICIPALISMO

Presidente: Deputado Nilson Areal (BLT)
Vice-Presidente: Deputado Francisco Viga (BSC)

TITULARES:
Deputados: Naluh Gouveia (PT) Elson Santiago (BPM) Helder Paiva (PSDB)

SUPLENTES:
Deputados: Valmir Figueiredo (PT) Edvaldo Magalhães (BPM) Roberto Filho (BLT) José Luis (BSC) Luiz Gonzaga (PSDB)

Dia de Reuniões ordinárias: quarta-feira 9h

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO

Presidente: Deputado Elson Santiago (BPM)
Vice-Presidente: Deputado Nogueira Lima (PSC)

TITULARES:
Deputados: Juarez Leitão (PT) Hélio Lopes (BLT) José Vieira (PFL)

SUPLENTES:
Deputados: Thaumaturgo Lima (PT) Edvaldo Magalhães (BPM) Luiz Calixto (PDT) Roberto Filho (BLT) Tarcísio Medeiros (PPS)

Dia de Reuniões ordinárias: quarta-feira 9h

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO AGRÁRIA, FOMENTO, AGROPECUÁRIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Presidente: Deputado Delorgem Campos (BSC)
Vice-Presidente: Deputado Elson Santiago (BPM)

TITULARES:
Deputados: Juarez Leitão (PT) Tarcísio Medeiros (PPS) José Vieira (PFL)

SUPLENTES:
Deputados: Valmir Figueiredo (PT) Edvaldo Magalhães (BPM) José Luis (BSC) José Bestene (PP) Nogueira Lima (PSC)

Dia de Reuniões ordinárias: quarta-feira 9:30hs
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, SAÚDE PÚBLICA, LEGISLAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Presidente: Deputada Naluh Gouveia (PT)
Vice-Presidente: Deputado Chagas Romão (PMDB)

TITULARES:
Deputados: Edvaldo Magalhães (BPM)

Roberto Filho (BLT)
Tarcísio Medeiros (PPS)

SUPLENTES:
Deputados: Taumaturgo Lima (PT) Elson Santiago (BPM) Antônia Sales (PMDB) Roberto Filho (BLT) Luiz Calixto (PDT)

Dia de Reuniões ordinárias: terça-feira 9:30 hs.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Presidente: Deputada Naluh Gouveia (PT)
Vice-Presidente: Deputado Luiz Calixto (PDT)

TITULARES:
Deputados: Edvaldo Magalhães (BPM) Chagas Romão (PMDB) José Bestene (PP)

SUPLENTES:
Deputados: Valmir Figueiredo (PT) Elson Santiago (BPM) Antônia Sales (PMDB) Tarcísio Medeiros (PPS) Nogueira Lima (PSC)

Dia de Reuniões ordinárias: quarta-feira 9:30 hs.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Presidente: Deputado Nogueira Lima (PSC)
Vice-Presidente: Deputado Elson Santiago (BPM)

TITULARES:
Deputados: Taumaturgo Lima (PT) Chagas Romão (PMDB) José Bestene (PP)

SUPLENTES:
Deputados: Naluh Gouveia (PT) Edvaldo Magalhães (BPM) Antônia Sales (PMDB) José Vieira (PFL) Tarcísio Medeiros (PPS)

Dia de Reuniões ordinárias:

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Presidente: Deputado Valmir Figueiredo (PT)
Vice-Presidente: Deputado José Luis (BSC)

TITULARES:
Deputados: Luiz Gonzaga (PSDB) Chagas Romão (PMDB) Elson Santiago (BPM)

SUPLENTES:
Deputados: Juarez Leitão (PT) Edvaldo Magalhães (BPM) Antônia Sales (PMDB) Helder Paiva (PSDB) Delorgem Campos (BSC)

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

Presidente: Deputada Naluh Gouveia (PT)
Vice-Presidente: Deputado Hélio Lopes (BLT)

TITULARES:
Deputados: Luiz Calixto (PDT) Delorgem Campos (BSC) Juarez Leitão (PT)

Suplentes:
Taumaturgo Lima (PT) Valmir Figueiredo (PT) Nogueira Lima (PSC) Francisco Viga (BSC) Nilson Areal (BLT)

DIÁRIO OFICIAL DO PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO ACRE

Supervisão Geral:

Secretaria Executiva

Editado pela:

SUBSECRETARIA DE ATIVIDADES LEGISLATIVAS

Diretor Responsável:

CARLOS AUGUSTO COÉLHO DE FARIAS

Inscrição DRT/AC/Nº03/97

Redator-Chefe:

C.A.C. DE FARIAS

Apoio:

Coordenadoria de Comunicação Social

Composto e impresso na Gráfica Globo Ltda.

Endereço: Av. Ceará - 3.335